



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CARIRI

Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação

Edital nº 024/2014

Cargo: CONTADOR

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01. Antes de iniciar a resolução das questões, verifique se o Caderno de Provas confere com o Cargo da inscrição e se está completo. Qualquer reclamação deverá ser feita nos primeiros 15 (quinze) minutos após o início da prova.
02. Anote, na capa do Caderno de Provas, o seu número de inscrição e o número da sala.
03. Confira os dados do cabeçalho da Folha-Resposta. Havendo necessidade de correção de algum dado (CPF, NOME ou RG), chame o fiscal para anotar a correção. Para marcar a resposta de uma questão, preencha, totalmente, com caneta azul ou preta, apenas a quadrícula correspondente a sua opção. Não use corretivo nem rasure a Folha-Resposta.
04. Durante a realização das provas, será feita a identificação dos candidatos através da verificação do original do documento de identidade e da coleta da assinatura na Ata de Aplicação e na Folha-Resposta, no campo destinado à assinatura.
05. A duração da prova é de 3 (três) horas e o tempo mínimo de permanência em sala é de 1 (uma) hora.
06. É aconselhável reservar 30 (trinta) minutos para o preenchimento da Folha-Resposta.
07. O candidato, ao terminar a prova, só poderá sair da sala após entregar o Caderno de Prova e a Folha-Resposta.
08. Os dois últimos candidatos só poderão deixar a sala simultaneamente e deverão assinar a Ata de Aplicação.
09. A desobediência a qualquer dessas determinações e o desrespeito ao pessoal da supervisão, coordenação e fiscalização são faltas que eliminam o candidato do concurso.
10. Será eliminado do Concurso o candidato cujo celular estiver ligado durante a realização das provas.
11. Acompanhe o Calendário de Atividades do Concurso, através do endereço eletrônico <http://www.ccv.ufc.br>.

Data: 08/06/2014.

Duração das 15:00 às 18:00 horas

Coloque, de imediato, o seu número de inscrição e o número de sua sala, nos retângulos abaixo.

Inscrição

Sala

01 Uso indiscriminado de antibióticos contribui para superbactérias

02 Prescrição inadequada e automedicação são alguns dos fatores que fortalecem as bactérias. Anvisa
03 registra quase 10 mil casos em 2012.

04 É procedimento de guerra biológica. Quando as bactérias desenvolvem resistência a antibióticos, as
05 principais armas da batalha são água e sabão.

06 “Elas têm facilidade de adesão a superfícies. Consequentemente, a higienização, a limpeza, é o
07 único meio eficaz de erradicá-las”, ensina o médico infectologista Hugo Noal.

08 Em Chapecó, Santa Catarina, há duas semanas o Hospital Regional do Oeste descobriu que dois
09 pacientes graves da UTI, que vieram de outros hospitais da região, estavam contaminados com uma
10 superbactéria. Rapidamente, testou os outros que estavam ou estiveram na UTI.

11 “Foram realizados mais de 200 exames microbiológicos para que a gente possa separar aqueles que
12 estão colonizados pelo germe”, conta Noal.

13 Nessa varredura, mais seis pacientes contaminados foram isolados. Quatro tiveram alta nos últimos dias.

14 O perigo aqui é a *Acinetobacter baumannii*. Em pessoas saudáveis, ela não causa infecção. Mas em
15 doentes que estão com o sistema imunológico enfraquecido, internados em UTI, que respiram por
16 aparelhos, podem causar infecção generalizada.

17 Em Fortaleza, no Ceará, a mesma bactéria resistente contaminou a UTI do Hospital de Messejana. A
18 *Acinetobacter* agravou o quadro de saúde de sete pacientes, e eles morreram. Um infectado continua
19 em observação.

20 Uso indiscriminado de antibióticos preocupa

21 Só em 2012, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Anvisa, registrou quase 10 mil casos de
22 bactérias resistentes a remédios nas UTIs do país.

23 Já foram encontradas aqui todas as bactérias que constam de um alerta da Organização Mundial da
24 Saúde: elas provocam de pneumonia e diarreia até a gonorreia, uma doença sexualmente transmissível.
25 A OMS afirma que o uso indiscriminado de antibióticos pode levar a um retrocesso.

26 **Fantástico:** A gente pode voltar no tempo e ficar sem antibiótico para combater infecção, com
27 criança morrendo por pneumonia?

28 **Alberto Chebabo, presidente da Sociedade de Infectologia do RJ:** A gente hoje tem infecções
29 em que não consegue tratar com antibiótico, a gente voltou à era pré-antibiótico em 1950. E existe uma
30 grande chance de, nos próximos 10, 15 anos, se nada for feito, a gente perder esses antibióticos para
31 tratamento de várias infecções, de várias bactérias resistentes.

32 Denise teve uma infecção no seio, chamada de mastite, logo depois que o primeiro filho nasceu.
33 “Eram dores horríveis, direto. Fiquei mais de um mês tomando antibiótico e não fazia efeito nenhum”,
34 conta ela.

35 Não fazia efeito porque a bactéria era resistente a antibióticos. Identificada a bactéria, ela teve que
36 fazer uma cirurgia e remover todo o pedaço infectado na mama. Denise ficou completamente curada. E
37 pôde amamentar o segundo filho.

38 Como as bactérias ficam tão fortes

39 Mas como essas bactérias ficam tão fortes? A primeira causa é o uso exagerado de antibióticos.
40 Trilhões de bactérias circulam no corpo humano. Estão na pele, em todos os órgãos. No intestino, por
41 exemplo, ajudam na digestão. Elas só provocam doenças se a pessoa fica com a imunidade baixa. Há
42 também bactérias que podem fazer mal, nos objetos, nos alimentos, na água contaminada.

43 Quando a gente toma antibiótico, todas as bactérias, boas e ruins, diminuem. As mais frágeis
44 morrem primeiro. Se o tratamento é interrompido antes do prazo, as bactérias mais fortes continuam lá
45 - e ficam mais perigosas, porque nelas, o antibiótico não fará mais efeito.

46 “Então a bactéria pode ter resistência a um antibiótico, a dois antibióticos, ou a vários antibióticos e
47 se tornar uma bactéria difícil de tratar”, explica Chebabo.

Trecho de reportagem do Programa Fantástico.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/05/uso-indiscriminado-de-antibioticos-contribui-para-superbacterias.html>> Acesso em: 26 de maio de 2014.

01. A ideia central desse trecho da reportagem é:
- A) as bactérias são nocivas aos seres humanos.
 - B) os médicos não deveriam prescrever antibióticos.
 - C) os hábitos de higiene podem curar graves infecções.
 - D) algumas bactérias podem criar resistência a antibióticos.
 - E) os antibióticos são uma grande conquista da humanidade.
02. De acordo com o texto, algumas bactérias criam resistência a antibióticos quando:
- A) não adotamos alguns hábitos de higiene, como lavar as mãos, por exemplo.
 - B) estamos muito estressados e com o sistema imunológico bastante enfraquecido.
 - C) os médicos prescrevem o mesmo tipo de antibiótico para vários tipos de infecção.
 - D) morrem aquelas bactérias boas que vivem no intestino humano e ajudam na digestão.
 - E) é interrompido o tratamento com antibiótico antes da morte das bactérias mais fortes.
03. É uma característica típica do gênero reportagem que pode ser reconhecida no texto:
- A) a expressão de opiniões e sentimentos do autor sobre um determinado tema.
 - B) a exposição de informações obtidas em estudo e pesquisa sobre o tema tratado.
 - C) o relato breve e conciso dos fatos que marcaram o dia de uma dada comunidade.
 - D) a apresentação de normas e instruções que regulam o comportamento em sociedade.
 - E) a argumentação persuasiva usada pelo autor para convencer o leitor de uma opinião.
04. Quanto à linguagem utilizada no texto da reportagem, percebe-se:
- A) a organização das informações em uma única sequência narrativa.
 - B) o tratamento de conteúdos abstratos com verbos de crença e opinião.
 - C) o emprego da primeira pessoa do singular como marca de subjetividade.
 - D) o uso de uma linguagem erudita e formal, tal como se exige em texto escrito.
 - E) a utilização de discurso direto com uma referência às pessoas entrevistadas.
05. Em: “A OMS afirma que o uso indiscriminado de antibióticos pode levar a um retrocesso.” (linha 25), **um retrocesso** faz alusão:
- A) a um possível atraso das pesquisas na área de Biotecnologia.
 - B) a um possível erro nas prescrições médicas de antibióticos.
 - C) a uma possível involução no tratamento de doença bacteriana.
 - D) a um possível retorno à automedicação de alguns antibióticos.
 - E) a uma possível volta ao tempo das grandes epidemias históricas.
06. Em: “Fiquei mais de um mês tomando antibiótico e não fazia efeito nenhum” (linha 33), a relação semântica que pode ser inferida entre os conteúdos das orações ligadas pela conjunção “e” é:
- A) causa.
 - B) tempo.
 - C) contraste.
 - D) finalidade.
 - E) comparação.
07. A oração reduzida em destaque em: “**Identificada a bactéria**, ela teve que fazer uma cirurgia” (linhas 35-36), articula uma circunstância de:
- A) modo.
 - B) tempo.
 - C) condição.
 - D) conclusão.
 - E) concessão.
08. Em: “Elas têm facilidade de adesão **a superfícies**.” (linha 06), o termo em destaque tem função de:
- A) complemento nominal.
 - B) predicativo do sujeito.
 - C) adjunto adnominal.
 - D) adjunto adverbial.
 - E) objeto indireto.

09. Reescrevendo-se o trecho: “A gente hoje tem infecções em que não consegue tratar com antibiótico” (linhas 28-29) de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, temos:
- A) Hoje, há infecções que a gente não consegue tratar com antibiótico.
 - B) Existe hoje infecções que a gente não se consegue tratar com antibiótico.
 - C) Hoje, a gente temos infecções as quais não consegue tratar com antibiótico.
 - D) A gente, hoje, tem infecções com que não conseguimos tratar com antibiótico.
 - E) Hoje, a gente encontra infecções que não consegue tratar delas com antibiótico.
10. Está de acordo com a norma padrão da língua portuguesa, a frase da alternativa:
- A) Existe também algumas bactérias que podem fazer muito mal.
 - B) Fazem mais de um mês que o paciente está tomando antibiótico.
 - C) Já foi listada as bactérias resistentes que provocaram muitas mortes.
 - D) Mais de um paciente contaminado com a bactéria foi isolado no hospital.
 - E) As bactérias podem, em doente com baixa imunidade, causarem infecções.

11. Assinale a alternativa correta quanto ao Teste de Recuperabilidade.
- A) A análise sobre a recuperação de bens do Ativo indicados na Lei 6.404/76 é consequência natural do princípio da competência.
 - B) Um ativo está registrado contabilmente por valor que excede seu valor de recuperação se o seu valor de mercado exceder o montante a ser recuperado pelo uso ou pela venda do ativo.
 - C) De acordo com a Lei 6.404/76, a companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado, investimentos e no intangível.
 - D) O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) orienta que o teste de recuperabilidade deve ser efetuado ao final de cada exercício social, não podendo ser realizado em outro intervalo de tempo.
 - E) Todos os ativos estão sujeitos ao teste de recuperabilidade.
12. É Princípio Contábil:
- A) Anualidade.
 - B) Continuidade.
 - C) Custo histórico.
 - D) Conservadorismo.
 - E) Atualização monetária.
13. Acerca da Demonstração dos Fluxos de Caixa, é correto afirmar:
- A) Os equivalentes de Caixa fazem parte do Fluxo das Atividades Operacionais.
 - B) Recebimento da conta “ágio na emissão de ações” faz parte do Fluxo das Atividades de Financiamento.
 - C) Resgate de aplicações financeiras de prazo de até 3 meses faz parte do Fluxo das Atividades de Investimento.
 - D) Os Recebimentos de clientes, tanto das vendas à vista, quanto das duplicatas referentes às vendas a prazo, não representam Fluxos de Caixa.
 - E) Os pagamentos a fornecedores, referentes às compras à vista, mas excluindo-se os referentes ao pagamento das duplicatas das compras a prazo, fazem parte do Fluxo das Atividades Operacionais.
14. Assinale a alternativa correta em função do estabelecido na Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade.
- A) Os relatórios contábil-financeiros auxiliam a estimar e são elaborados para mostrar o valor econômico da entidade.
 - B) A contabilidade atual não admite o registro com base na essência sobre a forma, visto trazer imprecisão e incerteza aos registros contábeis.
 - C) Os relatórios contábil-financeiros são em larga escala baseados em descrições ou retratos exatos, ao invés de estimativas e julgamentos e modelos.
 - D) São elaborados para atender primariamente aos órgãos reguladores e outros usuários que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores.
 - E) A característica prudência foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser considerada inconsistente com a neutralidade.
15. É instrumento administrativo, de interesse recíproco, por meio do qual a transferência dos recursos financeiros se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, que atua como mandatário da União:
- A) Acordo.
 - B) Contrato.
 - C) Convênio.
 - D) Contrato de repasse.
 - E) Termo de execução descentralizada.

16. As contas de um Reitor de Universidade Federal são julgadas anualmente de acordo com a orientação do Texto Constitucional. Sobre o assunto é correto afirmar:
- A) As contas do reitor não deveriam ser julgadas, mas reunidas em conjunto com as do Ministro de Estado supervisor da Universidade, dado que este é a autoridade competente.
 - B) O dever de prestar contas é uma faculdade do gestor, eis que a delegação de competência, atividade comum na Administração Pública, faz com que o agente delegante não conste do rol de responsáveis.
 - C) O termo correto não é julgar contas, mas apreciação, vez que o juízo de valor no Brasil é inerente ao Poder Judiciário e realizado por juízes, não cabendo, portanto, aos tribunais administrativos, como no caso do TCU.
 - D) O julgamento depende da apreciação da CGU. Neste sentido, caso o parecer do Controle Interno seja pela regularidade das contas, há uma vinculação natural deste exame em relação àquele a ser proferido pelo Controle Externo.
 - E) Não somente o reitor pode ter suas contas julgadas, mas também todos os responsáveis pela administração do órgão, como por exemplo: os chefes do almoxarifado, o pró-reitor de administração, o contador, este na condição de encarregado financeiro.
17. As Contas do Presidente da República são julgadas:
- A) Pelo TCU.
 - B) Pelo Senado Federal.
 - C) Pelo Congresso Nacional.
 - D) Pela Câmara dos Deputados.
 - E) Pela Comissão Mista de Orçamento, Planos e Fiscalização.
18. Reza o texto constitucional: *No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis. Se o Congresso Nacional ou o Poder Executivo, não efetivar as medidas previstas, o Tribunal decidirá a respeito no seguinte prazo:*
- A) 30 dias.
 - B) 45 dias.
 - C) 60 dias.
 - D) 90 dias.
 - E) 100 dias.
19. O Reitor de determinada Universidade Federal almejava celebrar contrato com fundação de apoio da própria da instituição, entidade estatutariamente destinada à pesquisa acadêmica e sem finalidade lucrativa, com dispensa de licitação, o que seria permitido de acordo com orientação emanada da assessoria jurídica. O contrato seria celebrado objetivando a prestação de serviços de limpeza das dependências da Universidade, tendo em vista a expiração do ajuste da atual empresa. Em razão da Lei de Licitações é correto afirmar:
- A) O ajuste, caso celebrado, será ilegal.
 - B) O ajuste, caso celebrado, atende a Lei de Licitações.
 - C) O ajuste, caso celebrado, é legal, embora careça de fundamentação adequada.
 - D) O ajuste, caso celebrado, é ilegal, visto ser hipótese de inexigibilidade de licitação.
 - E) O ajuste, caso celebrado, é ilegal, visto depender de licitação na modalidade concorrência.
20. O orçamento público vem sofrendo transformações. Até então considerado instrumento de autorização e controle parlamentar, passou-se a utilizá-lo como efetivo meio de administração, especialmente como técnica de ligação entre as funções de planejamento e de gerência. A presente descrição se refere ao seguinte princípio:
- A) Orçamento bruto.
 - B) Especialização.
 - C) Periodicidade.
 - D) Programação.
 - E) Exatidão.

21. Anualmente, determinado Município cearense recebe recursos do SUS (Sistema Único de Saúde) destinado às ações de saúde do Município. Sabe-se que os valores são provenientes do Ministério da Saúde e que se incorporam ao orçamento do Município. Não contente com o nível de atendimento, morador local resolveu denunciar práticas que considerava danosas ao patrimônio público, relacionando à construção de posto de saúde em distrito do Município. Segundo informações levantadas, o posto teria sido realizado em co-participação, além de recursos Municipais (R\$ 500.000,00), estaduais (R\$ 1.000.000,00) e da União (R\$ 1.500.000,00) da parcela recebida do SUS. De acordo com a situação hipotética, é correto afirmar, considerando a competência do Tribunal de Contas da União (TCU):
- A) O TCU não tem competência para fiscalizar os recursos descentralizados, visto terem se incorporado ao orçamento Municipal.
 - B) O TCU pode determinar medidas corretivas, inclusive a paralisação da obra de construção do posto, mesmo que na construção do mesmo haja recursos de origem Municipal e Estadual.
 - C) O TCU possui competência para fiscalizar a integralidade dos recursos, dado que a orientação contida no texto constitucional determina que prestará contas todos aqueles que administrem bens, dinheiros e valores públicos.
 - D) A competência de fiscalização do TCU se restringe aos valores descentralizados, ou seja, R\$ 1.500.000,00. No entanto, o julgamento das contas será pela integralidade do valor licitado, portanto, R\$ 2.000.000,00.
 - E) O entendimento do STF é no sentido de a competência, no caso em questão, ser inicial da Controladoria Geral da União, visto se referir a transferência dos valores à Unidade do Governo Federal destinada a outra unidade de poder executivo.
22. Ao tomar posse em determinado órgão público, contador, ávido por mostrar trabalho, identificou várias irregularidades que a seu ver poderiam ser objeto de tomada de conta especial. Em uma delas, relatou o seguinte: *“Informo a V. S^a, na condição de ordenador de despesa desta autarquia, que identifiquei junto a este setor que o servidor fulano de tal efetuou o pagamento de várias despesas sem passar pela fase de liquidação, nos moldes da Lei nº 4320/64. Assim, pelo fato de não terem sido apresentadas as notas fiscais que embasariam a liquidação, presume-se a ocorrência de dano ao erário”*. Com relação à situação hipotética é correto afirmar:
- A) A situação dispensa a instauração de tomada de contas especial.
 - B) A situação descrita enseja a instauração de tomada de contas especial juntamente com o processo de prestação de contas do órgão.
 - C) É possível presumir que terceiro envolvido não pode ser arrolado como responsável solidário, mas somente o servidor público que causou o dano.
 - D) A tomada de contas especial deve ser aberta, não no nome do servidor que casou o suposto prejuízo, mas com base na identificação do órgão público, objeto do dano.
 - E) A situação relatada contém todos os pressupostos de instauração da tomada de conta especial, devendo ser aberta a presente TCE. No entanto, não é competência do contador do órgão promovê-la, mas do próprio ordenador de despesa.
23. Em auditoria realizada pelo TCU em certa Universidade Federal, resultou do procedimento aplicação de multa por parte do Ministro Relator proporcional ao débito apurado: ao Reitor, ao Pró-Reitor de Administração, ao Diretor Financeiro e ao Contador da instituição, sob o argumento de inscrição irregular de restos a pagar no SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira). Sobre o instituto da multa por parte do TCU é correto afirmar:
- A) A multa aplicada pelo TCU não possui natureza de título executivo.
 - B) Não caberia ao TCU aplicar multa ao Contador, mas somente às demais autoridades, visto somente aqueles, em geral, gozarem da prerrogativa de ordenadores de despesa.
 - C) No caso de falecimento de algum dos responsáveis aos quais foi aplicada a multa, a sanção não mais poderá ser cobrada dos herdeiros, como ocorre no caso da aplicação de débito.
 - D) O Poder Judiciário dispõe de competência para analisar o mérito da aplicação da multa, caso assim questionem os interessados, visto que as decisões do TCU ser a ele submetidas.
 - E) A aplicação da multa depende da apreciação das contas da Universidade, o que implica dizer que é incompatível com a norma legal aplicada em procedimento isolado de auditoria, haja vista gerar “bis in idem” quando da apreciação das contas da unidade.

24. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) também inovou quanto ao estabelecimento de normas relativas à escrituração e consolidação das contas públicas. Quanto ao assunto é correto afirmar:
- A) No caso das demonstrações conjuntas, as operações intragovernamentais serão escrituradas de forma conjunta.
 - B) As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
 - C) Compete à União manter sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.
 - D) A despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros.
 - E) Aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e à União cabem promover, isoladamente, a consolidação das suas contas, facultando o seu acesso mediante meio eletrônico de acesso público.
25. Reza a Constituição Federal: “O projeto do plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial subsequente, será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa”. O dispositivo em questão:
- A) É de cumprimento obrigatório somente pela União.
 - B) É de cumprimento obrigatório por parte da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.
 - C) É de cumprimento obrigatório por parte da União e dos Municípios e facultativo para os Estados e o Distrito Federal.
 - D) É de cumprimento obrigatório por parte da União, dos Estados e do Distrito Federal, sendo facultativo para os Municípios em razão de que estes possuem lei orgânica ao invés de constituição.
 - E) Depende de regulamentação, eis que qualquer ente político (União, Estados, DF e Municípios) pode fixar os seus próprios prazos para envio das leis orçamentárias ao poder legislativo, para fins de análise.
26. É também conhecido como Princípio da Discriminação:
- A) Exatidão.
 - B) Periodicidade.
 - C) Exclusividade.
 - D) Especialização.
 - E) Orçamento bruto.
27. A informação seguinte faz parte do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF):
- A) Resultado nominal.
 - B) Concessão de garantias.
 - C) Inscrição de restos a pagar.
 - D) Receitas, por categoria econômica.
 - E) Despesas, por função e subfunção e total com pessoal.
28. Os empenhos que correm a conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, serão computados como restos a pagar:
- A) No final de cada exercício relativo a cada operação que deu origem aos restos a pagar.
 - B) No dia 31 de dezembro relativo a cada operação que deu origem aos restos a pagar.
 - C) No último ano do mandato do gestor a que se referir o gasto plurianual.
 - D) No ano seguinte ao término da vigência do crédito.
 - E) No último ano de vigência do crédito.
29. Com base na sistemática orçamentária vigente é correto afirmar que a publicação do Quadro de Detalhamento de Despesa (QDD) ocorre em função e logo após a edição do seguinte instrumento:
- A) Plano plurianual - PPA.
 - B) Programação financeira.
 - C) Lei Orçamentária Anual - LOA.
 - D) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
 - E) Cronograma de execução mensal de desembolso.

30. É uma despesa extra-orçamentária:
- A) Registro de restos a pagar.
 - B) Pagamento de pensão alimentícia.
 - C) Pagamento de juros de empréstimo bancário.
 - D) Pagamento de IPTU de edifício pela Administração, alugado.
 - E) Caução por realização de licitação pública pela celebração do contrato.
31. É demonstração que evidencia o resultado das ações do setor público e deve ser elaborada de maneira integrada com o sistema de custos.
- A) Balanço Patrimonial.
 - B) Demonstração do Valor Adicionado.
 - C) Demonstração do Resultado Econômico.
 - D) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - E) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
32. No exercício seguinte, o contador recebeu os bens relativos às compras feitas no exercício anterior e procedeu aos seguintes lançamentos:
- | | |
|---------------------|--|
| D – 3.3.2.x.x.xx.xx | Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo/Serviços |
| C – 2.1.3.1.x.xx.xx | Fornecedores e Contas Nacionais a Curto Prazo |
| | |
| D – 6.3.1.1.x.xx.xx | RP Não processados a Liquidar |
| C – 6.3.1.3.x.xx.xx | RP Não processados a Pagar |
- Em relação à operação mencionada é correto afirmar:
- A) O registro depende de documento hábil.
 - B) O contador realizou registro da inscrição em restos a pagar não processados.
 - C) A liquidação da despesa inscrita em restos a pagar não processados ocorreu no exercício da inscrição.
 - D) O registro é obrigatório por se referir à despesa empenhada e liquidada no exercício da operação de compra.
 - E) No lançamento relativo à inscrição de restos a pagar, houve um crédito na conta RP Processados – Inscritos.
33. O lançamento abaixo, necessariamente, foi realizado no seguinte subsistema:
- | | |
|---------------------|-------------------------------|
| D – 6.3.1.1.x.xx.xx | RP Não processados a Liquidar |
| C – 6.3.1.3.x.xx.xx | RP Não processados a Pagar |
- A) De Custo.
 - B) Financeiro.
 - C) De Compensação.
 - D) Informações Patrimoniais.
 - E) Informações Orçamentárias.
34. É considerado o fundamento lógico do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira), possibilitando que os servidores executem a Contabilidade Pública de forma padronizada, evitando erros ou disparidades:
- A) Evento.
 - B) Partida dobrada.
 - C) Nota de empenho.
 - D) Tabela de eventos.
 - E) Nota de lançamento.

35. É a conferência feita pela própria Unidade Gestora – UG que consiste na confrontação diária da documentação comprobatória com o registro correspondente no SIAFI, atestando que, para todos os lançamentos efetuados, existe documentação hábil exigida pela legislação que disciplina a execução orçamentária, financeira e patrimonial.
- A) Conformidade de registro de gestão.
 - B) Conformidade de operadores.
 - C) Conformidade documental.
 - D) Conformidade contábil.
 - E) Conformidade diária.
36. A respeito da dívida pública mobiliária, assinale a alternativa correta.
- A) É oriunda da emissão de títulos públicos e da realização de contratos de crédito.
 - B) Depende de autorização do Poder Legislativo para sua realização e pagamento.
 - C) Os Municípios não possuem competência para gerarem dívida pública mobiliária, mas somente Estados, Distrito Federal e a União.
 - D) Classifica-se no ativo circulante ou financeiro, caso se adote a atual sistemática do balanço patrimonial ou a contida na Lei nº 4320/64.
 - E) Não é considerado um importante meio para obtenção de recursos financeiros pelo Governo, face as outras modalidades de constituição da dívida pública.
37. Após idas e vindas, finalmente o Governo Federal cedeu e resolveu instituir gratificação de desempenho para os professores do 3º grau. Publicou a lei respectiva, no entanto, não identificou a fonte orçamentária capaz de prover os pagamentos respectivos. Delegou a atribuição da implementação ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Ao receber a orientação do Ministro, o Contador-geral do Ministério alertou à autoridade de que a implementação estaria condicionada à fonte de recursos. Considerando somente os dados da situação hipotética descrita, assinale a alternativa correta.
- A) A gratificação não pode ser implementada, mas depende da abertura de créditos adicionais especiais.
 - B) A solução passa, necessariamente, pela inclusão dos gastos na peça orçamentária do ano seguinte, visto a falta de previsão legal.
 - C) O contador deve alertar ao Ministro que a gratificação pode ser implementada, bastando para tanto que o orçamento atual seja reforçado, mediante crédito suplementar.
 - D) No caso, o alerta deve condicionar a gratificação à abertura de créditos extraordinários, dada a urgência e a situação gerada pelo impasse entre o Governo e os professores.
 - E) O contador deve alertar o ministro que em face da falta de previsão do gasto na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, a implementação ficará condicionada a próxima lei orçamentária e não mais à atual.
38. Uma das dúvidas referentes ao projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) foi a definição da sistemática de cálculo da despesa com pessoal. Determinou-se que a mesma seria aplicada sobre a receita corrente líquida para se encontrar os montantes estabelecidos na LRF. Todavia, necessitou-se estabelecer a base sobre a qual a despesa de pessoal deveria ser estabelecida. Assim é correto afirmar que os limites seriam repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à:
- A) Média ponderada das despesas com pessoal, verificadas nos dois exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF.
 - B) Média ponderada das despesas com pessoal, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF.
 - C) Média ponderada das despesas com pessoal, verificada no exercício financeiro imediatamente anterior ao da publicação da LRF.
 - D) Média das despesas com pessoal, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF.
 - E) Média das despesas com pessoal, verificadas nos dois exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação da LRF.

39. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o alerta a ser emitido pelos Tribunais de Contas de que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou determinado limite se refere ao seguinte percentual:
- A) 100%.
 - B) 85%.
 - C) 80%.
 - D) 95%.
 - E) 90%.
40. Sobre a dívida pública é correto afirmar:
- A) A dívida flutuante está contida no passivo permanente.
 - B) Demonstrativo da dívida consolidada é parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal.
 - C) De acordo com a Lei 4.320/64, o prazo de exigibilidade da dívida flutuante é inferior a 01 (um) ano.
 - D) A Lei 4.320/64 é taxativa ao citar os itens que compõem a chamada dívida flutuante. Dentre eles, a dívida mobiliária de curto prazo.
 - E) Integram a dívida pública consolidada as operações de crédito por antecipação da receita de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
41. É elemento essencial do registro contábil, segundo a NBC T 16.5:
- A) Título.
 - B) Função.
 - C) Encerramento.
 - D) Número de controle.
 - E) Indicador para cálculo do superávit financeiro.
42. Não é considerado crime pela Lei de Licitações:
- A) O conluio entre licitantes.
 - B) A perturbação por parte de licitante de licitação pública.
 - C) A defesa dos interesses do licitante perante à Administração.
 - D) O pagamento de nota fiscal com preterição da ordem cronológica.
 - E) A inobservância de formalidades relativas à dispensa de licitação.
43. Segundo a Lei nº 4320/64, o imóvel construído e o usado possuem registros contábeis distintos em termos das dotações de despesa que lhes deram origem. Neste sentido, o imóvel usado incorporado ao patrimônio público deve ser registrado como:
- A) Investimento.
 - B) Inversão financeira.
 - C) Transferências de capital.
 - D) Despesa de capital – obras públicas.
 - E) Despesa de capital – auxílios para imóveis.
44. Preceitua a Lei 4320/64 que o empenho da despesa não poderá exceder a determinado limite. Este limite ficou definido como tendo relação com a/os:
- A) Receita prevista.
 - B) Receita arrecadada.
 - C) Créditos concedidos.
 - D) Créditos orçamentários.
 - E) Receita corrente líquida.
45. Em regra, os créditos suplementares e especiais são autorizados por Lei. Já os extraordinários, no caso da União, são abertos:
- A) Por Decreto.
 - B) Por Resolução.
 - C) Também por Lei.
 - D) Por Medida Provisória.
 - E) Já se encontram autorizados na lei orçamentária anual respectiva.

46. Determina a Lei nº 4320/64 que a Lei de Orçamento não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente as despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras. Tal princípio:
- A) É absoluto.
 - B) É denominado de princípio da exclusividade.
 - C) Possui exceção contida na própria Lei nº 4320/64.
 - D) Teve sua eficácia minimizada pela atual Constituição.
 - E) Não possui amparo atual no ordenamento que embasa o sistema orçamentário público.
47. As Universidades, comumente, não somente recebem recursos provenientes do Orçamento Geral da União (OGU), como também são capazes de gerar recursos que provêm da capacidade da atividade privada do Estado. Identifique a alternativa que se adequa a este conceito.
- A) Recebimento de seguro-garantia.
 - B) Descentralização de recursos.
 - C) Recebimento de caução.
 - D) Prestação de serviços.
 - E) Cobrança de IPTU.
48. As variações patrimoniais quantitativas, ou seja, as alterações nos elementos patrimoniais que acarretam modificação no patrimônio líquido podem também ser classificadas como Superveniências e Insubsistências, ativas ou passivas. É correto afirmar que um determinado aumento da situação líquida em decorrência da redução do passivo deverá ser considerado como:
- A) Insubsistência ativa.
 - B) Superveniência ativa.
 - C) Insubsistência passiva.
 - D) Superveniência passiva.
 - E) Superveniência ativa ou passiva, a depender do acréscimo produzido.
49. O lançamento abaixo, necessariamente, foi realizado no seguinte subsistema:
- 8.1.2.4.x.xx.xx D – Obrigações Contratadas a Executar
- 8.1.2.4.x.xx.xx C – Obrigações Contratadas Executadas
- A) Informações orçamentárias.
 - B) Informações Patrimoniais.
 - C) De Compensação.
 - D) Financeiro.
 - E) De Custos.
50. A Lei de Responsabilidade Fiscal não ampliou o escopo legal do seguinte instrumento:
- A) Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
 - B) Cronograma Mensal de Desembolso.
 - C) Lei Orçamentária Anual - LOA.
 - D) Reserva de Contingência.
 - E) Plano plurianual - PPA.